

Ana Paula Beja Horta*

Organizadora do Número Temático Associativismo Imigrante

Ao longo dos tempos, as associações migrantes têm desempenhado um papel fundamental no quadro das migrações internacionais, inter-regionais e internas. Tradicionalmente, estas organizações têm-se revestido de uma multiplicidade de funcionalidades, constituindo-se como estruturas vitais de processos de socialização, de reforço de laços culturais comuns, de afirmação identitária, de solidariedades e de práticas de entajuda, desempenhando um papel fundamental na vida dos migrantes face a situações de isolamento e, frequentemente, de adversidade decorrentes do percurso migratório. Por outro lado, as organizações de migrantes têm-se, igualmente, constituído como um espaço privilegiado de mobilização social e política visando a defesa dos interesses dos seus membros nas sociedades receptoras.

A relevância do associativismo migrante nos processos de fixação e de integração dos migrantes nos países receptores não é um fenómeno recente, tendo sido objecto de numerosos estudos realizados, sobretudo, nas áreas disciplinares da Sociologia e da Ciência Política, constatando-se, igualmente, o crescente interesse de análises vinculadas a outras áreas de conhecimento, designadamente no âmbito da Antropologia e da Geografia.

A nível internacional, a produção científica sobre o associativismo migrante tem vindo a ser caracterizada por múltiplas agendas de investigação, que se vão desenhando face a um fenómeno complexo e em rápida e constante mutação. No âmbito deste trabalho, não sendo nosso intuito apresentar uma revisão bibliográfica pormenorizada e extensiva dos estudos realizados nesta área, consideramos importante dar a conhecer aos leitores, ainda que em traços largos, as principais perspectivas que têm configurado esta área de estudo. Podemos, assim, identificar quatro grandes paradigmas, que têm vindo a ser objecto de investigação e de debate continuados, e que reflectem diferentes domínios de análise, pontos de vista e perspectivas.

O primeiro destes temas prende-se com o debate sobre o impacto das estruturas associativas dos migrantes na preservação da herança cultural e da afirmação dos valores e crenças de determinado grupo ou comunidade, bem como nos seus processos de adaptação e de integração nos países receptores.

Entre as décadas de sessenta e oitenta, a investigação tendeu a privilegiar uma perspectiva funcionalista do associativismo migrante. Nesta óptica, os estudos realizados incidiram essencialmente na caracterização dos processos de formação das associações de migrantes, bem como na identificação das principais funções desempenhadas por estas organizações em contextos imigratórios (Jenkins, 1988; Rex, *et. al.*, 1987; Rocha-Trindade, 1981). A sistematização dos factores que condi-

* Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), Universidade Aberta/Researcher at the Centre for the Study of Migration and Intercultural Relations (CEMRI), Universidade Aberta.

cionam a criação de associações migrantes bem como as tipologias e esquemas de categorização apresentados viriam, sobretudo, a dar enfoque a três grandes domínios de influência e de intervenção das associações, estreitamente relacionados com funções de cariz étnico-identitário, bem como de natureza social e material. Dada esta matriz de interpretativa, fortemente configurada pelas noções da assimilação, integração e da etnicidade, alguns autores viriam a considerar as associações migrantes como um sério entrave à integração dos migrantes na sociedade de destino. Para Breton (1964) e Reitz (1980) a criação e a persistência de associações migrantes contribuem para a segregação social, limitando os quadros de interação social do grupo com a sociedade maioritária. Para estes autores, o isolamento social é tanto maior quanto maior for o tecido institucional paralelo criado pelas comunidades imigradas. Este traduz-se na existência de um número muito diversificado de organizações (por exemplo, escolas, comércio, serviços vários, meios de comunicação, associações culturais e sociais) especialmente dirigidas para a satisfação das necessidades do grupo.

Já a partir de uma perspectiva oposta, vários autores evidenciaram os aspectos positivos das associações de migrantes que combinam, por um lado, a dimensão étnica, cultural e simbólica com uma outra dimensão mais instrumental e facilitadora dos processos de inserção na sociedade receptora. A nível identitário e cultural a existência destas organizações, independentemente da sua natureza formal ou informal, potencia a partilha de valores e de práticas culturais, que tendem a reforçar uma identidade étnica colectiva (Rex, 1994). Por outro lado, o sentimento de pertença comum, bem como as sociabilidades geradas no âmbito das dinâmicas associativas, tendem a proporcionar um refúgio psicossocial, que permite atenuar e, até mesmo, ultrapassar os obstáculos e as dificuldades com as quais os migrantes se confrontam, especialmente, numa primeira fase de fixação e de adaptação ao novo meio (Jenkins, 1988; Rocha-Trindade, 1988). No que respeita ao plano material, as estruturas organizativas dos migrantes são, igualmente, percebidas como importantes agentes de mediação e de integração. As redes sociais e as estratégias de entreajuda e de solidariedade que se formam no seio das associações permitem aos seus membros aceder a um conjunto de recursos indispensáveis para o seu estabelecimento, quer a nível do mercado de trabalho, da habitação, da educação e da saúde (Layton-Henri, 1990; Rocha-Trindade, 1981).

Além das dimensões culturais, recreativas, sociais e económicas do associativismo migrante, a mobilização social e política tem emergido, igualmente, como uma importante vertente de intervenção. Ao longo dos tempos as organizações migrantes têm-se constituído, igualmente, como espaços de mobilização colectiva para a defesa dos interesses dos seus membros. A partir de uma abordagem mais veiculada ao âmbito disciplinar da sociologia, os estudos realizados têm sublinhando, sobretudo, as diferentes configurações e modalidades de acção colectiva sustentadas em estratégias identitárias e étnicas. Neste âmbito, particular atenção tem sido dada às acções protagonizadas pelas associações no espaço público de participação política e cívica, especialmente aos processos de mobilização étnica e às formas de actuação no cam-

po reivindicativo de direitos de cidadania, igualdade de oportunidades, combate ao racismo e à discriminação (Drury, 1994; Hargreaves, 1995; Rex, 1996).

Mais recentemente, o estudo do processo organizativo migrante tem vindo a ser configurado por abordagens que privilegiam uma análise mais alargada e comparativa dos processos de formação e manutenção das associações. A título exemplificativo, o estudo de Moya (2005) fornece-nos uma perspectiva histórica e global do associativismo migrante, mapeando, de forma inovadora, a complexa relação entre processos globais, nacionais e locais na configuração das práticas associativas no contexto migratório da actualidade. A partir de um diferente eixo de análise Schrover e Vermeulen (2005) atribuem grande centralidade à identificação dos factores que potenciam a formação e a manutenção das estruturas associativas migrantes. Em ambos os estudos, além das características inerentes às próprias comunidades, as oportunidades institucionais da sociedade receptora e dos países de origem surgem como importantes determinantes do associativismo migrante. Neste sentido, o debate iniciado há três décadas sobre os impactos das estruturas associativas na integração das comunidades migrantes ganha hoje em dia uma nova dimensão analítica e empírica, que nos remete para um segundo grande domínio de investigação sobre o associativismo migrante.

Presentemente, uma importante vertente de pesquisa do associativismo migrante centra-se na análise da relação entre os quadros institucionais das sociedades receptoras, mais especificamente os regimes de cidadania, bem como os modelos de integração específicos a cada país, e a organização política dos imigrantes (Soysal, 1994; Ireland, 1994; Koopmans e Statham, 2000). Nesta linha, os estudos realizados sustentam que os quadros institucionais das sociedades de acolhimento têm uma importância crucial no processo organizativo dos imigrantes, que tende a configurar-se, de forma diferenciada, em função dos “regimes de incorporação” e da natureza da estrutura política de oportunidades existentes. Ou seja, as formas organizativas, objectivos, táticas e estratégias de mobilização política dos migrantes, bem como as modalidades de participação na sociedade de acolhimento são condicionadas, em grande medida, pelo tipo de políticas de imigração, regimes de cidadania e filosofias de integração dominantes. Neste âmbito, os debates têm-se centrado, sobretudo, na influência de factores estruturais, que ganham expressão quer a nível transnacional, quer a nível nacional e local na configuração das diferentes estruturas de oportunidade, que poderão facilitar ou bloquear a participação dos migrantes e a gestão dos processos de integração. Ainda assim o debate tem vindo a ser polarizado por alguns autores que defendem (Soysal, 1994; Koopmans, 2000) o papel decisivo do quadro institucional estatal a nível nacional na criação de estruturas de oportunidades políticas, enquanto que para outros a moldura institucional local constitui um factor determinante da acção colectiva migrante (Bousetta, 1997; Penninx *et al.*, 2004).

Um terceiro tema que tem dominado as agendas de investigação prende-se com as noções de capital social étnico e de integração política dos migrantes. A investigação realizada neste domínio parte da hipótese que a densidade das redes sociais das

organizações migrantes tende a aumentar o capital social organizativo, o qual tem um impacto positivo na participação política dos migrantes (Fennema e Tillie, 2001; Fennema, 2004). Tendo por base este pressuposto, os estudos realizados em Amesterdão bem como em outras cidades europeias, viriam a analisar as redes sociais organizativas migrantes bem como os seus níveis de integração política (Berger, Galonska e Koopmans, 2004; Jacobs, Phalet e Swyngedouw, 2004).¹ A título exemplificativo, o estudo comparativo entre associações de migrantes oriundos da Turquia, do Suriname e das Antilhas, sediadas em Amesterdão, mostrou que as associações com um capital social étnico mais elevado são, igualmente, as que evidenciam uma maior confiança e participação políticas no país receptor. Os resultados da pesquisa sublinham, ainda, que a pertença a associações migrantes potencia a participação cívica noutras organizações cívicas da sociedade civil. Pretendeu-se, ainda, alargar este campo de análise a uma escala micro das dinâmicas individuais, quer da população migrante quer da população autóctone (Jacobs e Tillie, 2004).

Nos últimos anos, esta agenda de investigação tem ganho especial relevo a nível científico e político. No campo científico, a análise da integração política de migrantes no que respeita às atitudes e orientações políticas, bem como à natureza da sua participação cívica e política, expandiu-se a um conjunto alargado de países da União Europeia, que têm vindo a realizar estudos sistemáticos nesta área.² Quanto às implicações políticas destes estudos e tendo em conta que a participação das populações migrantes na vida pública e política continua a ser uma das áreas mais deficitárias das actuais políticas de integração no contexto europeu,³ o movimento associativo migrante surge como um protagonista incontornável dos processos de integração política e cívica.

Por último, podemos identificar a crescente produção científica sobre as dinâmicas das comunidades migrantes e das suas associações em espaços alargados de interacção, que extravasam os contextos locais e nacionais dos países de destino (Faist, 2000; Levitt e Glick Schiller, 2003; Portes, 2003; Rex, 1996; Rocha-Trindade, 1995; Vertovec e Cohen, 1999) . O crescente número de estudos centrados em eixos temáticos orientados em torno de noções como “comunidades migrantes transnacionais” e “espaço social transnacional” têm pretendido captar os novos contornos das redes de interacção dos migrantes, quer com o país de origem quer com outras comunidades migrantes da diáspora. A nível das dinâmicas sociais, as práticas transnacionais, alimentadas por redes de interacção a distância e por fluxos materiais e simbólicos são entendidas como elementos mediadores de produção e de reprodução de identidades, valores e pertenças, que se jogam quer a nível colectivo (formal e informal) quer a nível individual. Na esfera organizativa, as inúmeras organizações do tipo *hometown associations*, que congregam migrantes oriundos de determinadas regiões, vilas e aldeias de origem têm sido vistas como importantes agentes de desenvolvimento local no país de origem, funcionando, igualmente, como espaços de actualização de pertenças e de múltiplas identidades.

Por último, a mobilização política dos migrantes e das suas associações a nível transnacional tem, igualmente, vindo a ser objecto de um conjunto assinalável de estudos realizados no contexto europeu e norte-americano (Portes, 2003; Guarnizo e Smith, 1998; Itzigsohn, 2000; Østergaard-Nielsen, 2003). Estes contributos evidenciam o papel determinante das redes transnacionais políticas em potenciar o capital social e político dos migrantes e das suas associações, quer no país de destino quer no país de origem. Além disso, as actividades desenvolvidas por estas organizações no espaço transnacional possibilitam a criação de espaços alargados de intervenção, dando lugar a novas modalidades de participação e a novas práticas de cidadania (Bauböck, 2003; Glick Schiller, 2005; Ho, 2008; Smith e Bakker, 2008).

Nesta breve incursão nos principais debates sobre o associativismo migrante importa, pois, salientar a emergência de novos eixos temáticos, que tendem a privilegiar factores de ordem estrutural, designadamente o estudo dos quadros institucionais do país receptor e do país de origem na configuração do processo organizativo migrante. Por outro lado, o enfoque dado às redes sociais e ao capital social étnico traz para o centro do debate científico e político o papel decisivo das associações como agentes potenciadores da integração cívica e política dos migrantes. Por último, a componente transnacional dos estudos sobre o associativismo migrante tem permitido o desenvolvimento de uma perspectiva mais alargada das dinâmicas associativas, que ganham especial importância e expressão no cruzamento de múltiplas realidades locais, nacionais e transnacionais.

A investigação em Portugal. Principais domínios de análise

No último quartel do século XX, Portugal, país tradicionalmente de emigração, consolidou a sua posição, também, como um país de imigração. De facto, como Rocha-Trindade refere neste volume, Portugal constituiu-se como um “país de migrações”. A par dos continuados fluxos emigratórios, que nos últimos anos têm ganho especial dimensão, a realidade imigratória é hoje uma componente fundamental da sociedade portuguesa. Em 2008, o total de estrangeiros em situação regular no país estimava-se em 440.277, representando cerca de 4.2% da população total residente.⁴

Ao longo das últimas duas décadas o crescimento sustentado dos fluxos imigratórios tem vindo a ser acompanhado pelo desenvolvimento do movimento associativo migrante, que presentemente conta com um total de 184 associações das quais 124 encontram-se oficialmente reconhecidas pelo Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural, IP.⁵ Os processos de formação das associações de imigrantes bem como a sua consolidação e protagonismo na esfera política e social da sociedade portuguesa têm sido alvo de um crescente interesse por parte das agendas de investigação em Portugal. Contudo, é a partir do início dos anos 2000 que se assiste a um aumento significativo de estudos sobre o fenómeno do associativismo migrante, atestando a preocupação dos investigadores em acompanhar uma realidade em rápida transformação. Ainda assim, no recente levantamento bibliográfico da produção

científica realizada entre 2000 e 2008, sobre imigração e minorias étnicas, o associativismo migrante não constitui um domínio temático, encontrando-se, no entanto, incluído numa das temáticas mais estudadas, ou seja “Políticas, regulações jurídicas e cidadania” (Machado e Azevedo, 2009; Machado, Azevedo e Matias, 2009). Dos títulos recenseados nesta secção temática, verificamos que aproximadamente 25% são publicações que abordam o movimento associativo migrante nas suas múltiplas vertentes. Estudos sobre os processos de formação e lógicas de actuação das associações de imigrantes, o papel do associativismo na integração das comunidades migrantes, as estruturas organizativas migrantes e as modalidades de participação política e cívica, a relação entre o associativismo e o Estado, o associativismo e cidadania, a participação associativa dos descendentes de imigrantes e as dinâmicas associativas transnacionais evidenciam bem a abrangência desta problemática.

Além da bibliografia directamente centrada no associativismo migrante, podemos identificar, igualmente, um número considerável de estudos sobre a imigração que contemplam a dimensão da participação associativa, ainda que de forma parcelar. De facto, do levantamento bibliográfico atrás referido o conceito associativismo figura entre os dez conceitos mais utilizados (Machado e Azevedo, 2009).

No âmbito desta introdução pretendemos, sobretudo, identificar os principais eixos temáticos da investigação produzida em Portugal, propondo, em seguida, algumas linhas de investigação futura.

Entre os primeiros estudos que fornecem uma perspectiva abrangente da imigração e em particular do associativismo migrante em Portugal importa sublinhar os trabalhos produzidos por Machado (1992, 2002). No início da década de noventa, o trabalho pioneiro de Machado (1992) sobre a mobilização da etnicidade em Portugal constitui um importante contributo para o estudo da acção colectiva migrante. A análise destaca o papel determinante do Estado na configuração das acções organizativas migrantes numa fase inicial até aos finais da década de oitenta. Conclui-se que a fraca capacidade de mobilização e de afirmação política dos imigrantes prendeu-se com factores de várias ordens designadamente: o carácter recente dos fluxos migratórios; a existência de um tecido associativo frágil potenciado pela situação de ilegalidade e as condições de vida precárias de largos segmentos da população migrante; as orientações políticas dos líderes associativos, que procuravam, sobretudo, investir na esfera política do país de origem e, por último, mas não menos importante, a existência de um Estado-Providência que não reconhece as associações de imigrantes como um interlocutor na gestão dos problemas da imigração, tornando assim invisível as questões da imigração em Portugal. A partir dos meados da década de noventa esta situação viria a mudar rapidamente, passando-se do “grau zero” da mobilização da etnicidade para uma situação de “politização da etnicidade” (Machado, 2002). Segundo o autor esta mudança deveu-se, sobretudo, à acção estratégica e reguladora do Estado, que se traduziu na implementação de políticas e de canais institucionais de gestão dos fluxos migratórios visando a integração das populações migrantes.

Outros trabalhos extensivos são os contributos de Rocha-Trindade (1995) e de Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000). Este último procura oferecer uma panorâmica geral da evolução do movimento associativo imigrante desde os anos 70 até aos finais da década de 90 do século XX. Na análise apresentada são identificadas as principais áreas de intervenção das associações imigrantes, as formas de mobilização e a natureza das relações inter-institucionais estabelecidas com os vários níveis de governo central e do poder local e com a sociedade civil. Após uma fase inicial de fraca mobilização e de práticas associativas predominantemente de carácter assistencial passa-se para uma fase de politização e de alargamento das áreas de intervenção das associações imigrantes, que no início do novo milénio assumem-se como importantes parceiros sociais na relação com o governo central, com o poder local e com instituições e organizações migrantes transnacionais. A análise do percurso evolutivo do movimento associativo sublinha, por um lado, o reconhecimento oficial das estruturas organizativas imigrantes pelo Estado, ampliando assim a esfera de intervenção pública e política das comunidades imigrantes. Por outro lado, a profissionalização das associações tem implicado uma maior dependência de fundos públicos e de subsídios quer nacionais quer internacionais, com repercussões no grau de autonomia das associações face ao poder instituído. Hoje em dia esta questão assume particular importância dado o crescente grau de profissionalização das associações, que, em alguns casos, se configuram, sobretudo, como organizações de prestação de serviços sociais. A emergência de novos modelos de actuação é merecedora de um estudo aprofundado sobre as lógicas organizativas do associativismo imigrante na actualidade e face a um Estado-Providência em retracção.

Ainda no âmbito de estudos mais abrangentes sobre participação cívica em que as práticas associativas imigrantes ganham especial enfoque, é importante mencionar os trabalhos de Teixeira e Albuquerque (2005) e Sardinha (2005). Inseridos no Projecto Internacional POLITIS,⁶ que pretendeu caracterizar a participação cívica dos imigrantes em 25 países da União Europeia, os trabalhos apresentados incidem sobre a relação entre o quadro institucional e a mobilização política de imigrantes de países terceiros, especialmente protagonizada pelo movimento associativo imigrante. Um dos maiores méritos destes trabalhos é a amplitude e o rigor da análise que contempla as múltiplas manifestações das práticas associativas, destacando as relações inter-institucionais a nível local e central, bem como para as novas formas de activismo por parte dos jovens descendentes de imigrantes. Recentemente, o trabalho de Peixoto e Figueiredo (2008) explora a relação entre o associativismo imigrante e as instituições públicas, com enfoque no estudo de caso do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI). Esta linha de análise afigura-se de particular interesse, especialmente, tendo em consideração a importância destes canais institucionais na representação pública e política das comunidades imigrantes.

No plano mais diverso, contam-se, ainda, vários contributos provenientes de instituições oficiais e de organizações da sociedade civil. Tendo como principais objectivos a visibilidade e o debate sustentado sobre a imigração em Portugal, destacamos, entre muitas outras igualmente importantes as publicações como as do Centro Pedro Alves

Correia (CEPAC) - *Cadernos CEPAC* - , SOS Racismo (2002), bem como as múltiplas referências e documentação sobre o associativismo imigrante produzidas por outras instituições públicas e organizações não governamentais, designadamente a Obra Católica Portuguesa das Migrações, bem como as centrais sindicais – A União Geral de Trabalhadores (UGT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), que na década de noventa criaram estruturas específicas dirigidas à população imigrante. A nível do poder local e do governo central, com especial destaque para o Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI – ACIDI, IP), temos vindo, igualmente, a assistir, nas últimas duas décadas, a uma crescente produção de documentos, relatórios, diagnósticos e informação estatística sobre o movimento associativo imigrante. A par da documentação institucional importa, ainda, referir o manancial de informação e estudos produzidos pelas próprias associações, que constituem um acervo valioso, por vezes pouco explorado, sobre a evolução e consolidação do movimento associativo imigrante em Portugal.

Uma vertente importante do associativismo imigrante é o estudo aprofundado de associações de diferentes nacionalidades. Com especial incidência nas associações de imigrantes africanos lusófonos, os estudos realizados tendem a oferecer uma caracterização dos processos de formação e de consolidação destas organizações, identificando diferentes lógicas de actuação e domínios de intervenção tanto no espaço nacional como no transnacional (Alegret, 2001; Batalha, 2004; Carita e Rosendo, 1993; Horta e Malheiros, 2004; Paulino, 2003; Sardinha, 2005, 2009; Viegas, 1998). A par dos estudos centrados num grupo imigrante específico, um esforço de análise comparativa tem vindo a ser desenvolvido, sendo de destacar, entre outros, o trabalho de Mapril e Araújo (2002) sobre o associativismo cabo-verdiano e chinês. Dadas as características dos grupos, as dinâmicas associativas configuram-se de forma diferente, com impactos diversificados nos processos de integração. Enquanto as práticas associativas dos imigrantes cabo-verdianos têm privilegiado a intervenção e a assistência social junto dos mais carenciados, no caso da população chinesa as redes associativas ganham especial protagonismo na esfera empresarial e comercial. Em ambos os casos, as redes transnacionais com o país de origem e com as comunidades na diáspora assumem particular importância. Ainda a partir de uma perspectiva comparativa, e de particular interesse, é o estudo de Grazzi e Melo (2007) que conjuga as dimensões do associativismo emigrante e imigrante a partir de estudos de caso centrados nas práticas associativas de emigrantes portugueses na Bélgica e no Reino Unido e no associativismo cabo-verdiano e angolano em Portugal, com especial enfoque no papel de mediação institucional desempenhado pelas estruturas organizativas migrantes na relação com os Estados-nação, bem como nos processos de reconfiguração identitária e de integração social.

Uma outra linha de investigação tem-se centrado na relação entre as práticas associativas, o poder local e as políticas de integração. Nas últimas décadas, os espaços urbanos tornaram-se lugares estratégicos de reivindicação social, cultural, económica e política por parte das populações imigrantes. Face a estas novas realidades, o quadro político e institucional local tem sido, em grande medida, responsável pelo

maior ou menor grau de inclusão das populações migrantes no tecido social e político da cidade. Tomando a cidade como unidade de análise, vários estudos têm vindo a ilustrar o modo como a estrutura de oportunidades políticas tende a configurar os modelos de mobilização colectiva dos imigrantes. A partir do estudo de caso das associações cabo-verdianas nas municipalidades de Lisboa, Amadora e Oeiras constata-se que um défice de canais institucionais locais tende a excluir as populações imigrantes dos processos de decisão política, acentuando, em alguns casos, a sua marginalização. Por outro lado, as instituições e organizações não-governamentais têm vindo a constituir-se como interlocutores privilegiados das associações imigrantes, as quais têm vindo a ocupar um espaço cada mais alargado de intervenção social à medida que se assiste à retracção do Estado na esfera das políticas sociais. Por último, a mobilização colectiva local tende a capitalizar nos recursos existentes no quadro político-partidário local. Contactos formais e informais e coligações temporárias entre líderes associativos e os partidos políticos criam espaços alternativos de intervenção das associações na vida política local (Horta, 2002, 2004a; 2004b; Sousa, 2003). Por sua vez, o trabalho de Marques e colaboradores têm ilustrado bem as dinâmicas associativas locais no quadro de interacção com as instituições públicas no concelho de Oeiras (Marques *et al.*, 1999; Marques e Santos, 2004; Marques *et al.*, 2008). Os vários estudos realizados evidenciam estratégias de gestão política local dirigidas ao munícipe enquanto cidadão, independentemente da sua origem étnica e cultural. Decorrente de uma gestão local não etnicizada os autores sustentam que a participação dos imigrantes é, sobretudo, determinada por processos de topo para a base, e não tanto o resultado da mobilização das organizações locais face ao poder institucional. Por outro lado, é, igualmente, sublinhada a importância da estrutura de oportunidades na inclusão das associações como parceiros sociais nos processos de decisão política quer a nível nacional quer a nível local. Mais recentemente, o trabalho de Dionísio (2009) explora o impacto das políticas locais na acção colectiva dos imigrantes da Europa de Leste, a residir no concelho de Lisboa. Utilizando um modelo de análise similar aos estudos atrás citados, conclui-se que face a uma estrutura de oportunidades caracterizada pela ausência de canais institucionais eficazes e especialmente dirigidos às populações imigrantes, são as organizações e instituições não governamentais que assumem um papel determinante nos processos de integração, funcionando como interlocutores privilegiados das associações de imigrantes. As associações tendem a direccionar as suas actividades para a esfera sócio-económica e cultural. Por último, importa referir o trabalho de Alegret (2002) que examina as formas de participação política dos imigrantes em Lisboa e Barcelona. O interesse deste trabalho prende-se com o esforço na abordagem comparativa transnacional, que merece ser mais explorada nos estudos sobre o associativismo imigrante no contexto português.

Mais recentemente o estudo sobre as práticas organizativas e a participação política dos imigrantes tem sido aprofundado. A partir de uma perspectiva de análise que privilegia o papel do capital social nos processos de integração política dos imigrantes, vários estudos têm evidenciado o modo como as redes sociais potenciam uma maior participação política das associações imigrantes nas sociedades receptoras (Horta e

Malheiros, 2006). Os autores exploram o conceito de capital social étnico no contexto das associações cabo-verdianas na região de Lisboa, de modo a compreender o seu impacto na capacidade de mobilização e de intervenção política destas organizações. Seguindo uma perspectiva de análise idêntica, o estudo de Pereira (2007) incide sobre a relação entre capital social, as dinâmicas organizativas e a participação política das associações de angolanos, guineenses e europeus de leste na Área Metropolitana de Lisboa. Já numa abordagem comparativa, o estudo sobre as associações cabo-verdianas na região de Lisboa e em Roterdão procede à caracterização da estrutura organizativa das associações bem como à identificação das redes intra e inter-associativas (Horta, Malheiros e Graça, 2008). Os resultados da pesquisa tendem a sustentar a hipótese que a densidade das redes sociais em que as associações imigrantes se inscrevem constitui um importante catalizador de participação cívica e política. Ou seja, as organizações com redes sociais mais densas tendem a participar mais na esfera política e pública. Esta é uma linha de pesquisa que precisa ser, obviamente, mais aprofundada e desenvolvida numa perspectiva teórica mais ampla, que contemple outros factores que intervêm na configuração de padrões diferenciados de participação política dos imigrantes, não só a nível colectivo, mas também a nível individual, designadamente o quadro institucional e político em que as associações se inserem, e as características sócio-demográficas das comunidades e dos imigrantes.

Num outro plano de análise, mas ainda no âmbito de quadro teórico do capital social e do associativismo imigrante, merece claro destaque o trabalho de Albuquerque (2008) sobre o associativismo dos descendentes de imigrantes lusófonos africanos. A partir da análise de trajectórias de vida de jovens de descendência africana (na sua grande maioria de origem ou descendência cabo-verdiana) a autora defende que o associativismo promove a aquisição de capital social e cultural, constituindo-se como um espaço que potencia a mobilidade social e a promoção da cidadania. O trabalho, dada a sua pertinência e a actualidade, constitui um importante contributo para o estudo das estruturas organizativas de descendentes de imigrantes e, num plano mais lato, para um melhor conhecimento das oportunidades de integração e de participação cívica e política destas populações mais jovens. Contudo, o tema das práticas associativas dos jovens imigrantes encontra-se ainda pouco explorado e, dada a sua importância, merece, decerto, uma maior visibilidade nas agendas políticas e no debate científico.

Um outro eixo temático que tem vindo a ser desenvolvido incide sobre a questão do associativismo e da cidadania. A concepção tradicional das associações imigrantes como espaços de actualização de pertenças culturais e comunitárias, bem como de mediação dos processos de integração social dos imigrantes na sociedade de acolhimento, tem vindo a ser alargada ao campo político-ideológico dos direitos de cidadania. De facto, o tema da cidadania inscreve-se, em grande medida, nos diversos estudos acima mencionados e em muitos outros que, dado o âmbito deste trabalho, não foram referidos, mas que são certamente referências importantes. Importa, no entanto sublinhar um conjunto de estudos que têm vindo a integrar a problemática da cidadania nas suas análises sobre a acção colectiva dos imigrantes (Albuquerque, 2008; Horta, 2004; Pires, 2004; Sousa, 2003). Poderíamos afirmar que, apesar da di-

versidade de ângulos de análise específicos a cada um destes estudos, sobressai um traço comum que os une e que se prende com uma noção de associativismo imigrante como um processo potenciador, quer da mobilização colectiva de reivindicações quer da expressão dos interesses do indivíduo enquanto cidadão. Neste sentido, o associativismo imigrante permite a articulação de uma pluralidade de discursos, códigos, significados e de práticas que se expressam na formação estratégica de identidades e no exercício de novas formas de participação cívica e de cidadania.

O último tópico de debate, que se cruza, em certa medida, com o anterior, é o das práticas transnacionais do movimento associativo imigrante. A vertente transnacional da acção colectiva das comunidades imigrantes tem vindo a ganhar particular importância nas agendas de investigação no contexto nacional e internacional. No caso português, verifica-se um crescente interesse por parte dos investigadores no estudo das redes transnacionais das estruturas organizativas imigrantes, com especial destaque para a comunidade cabo-verdiana (Góis e Marques, 2008; Grazzi e Melo, 2007; Horta, 2004; Malheiros, 2001; Quintino, 2004; Mapril e Araújo, 2002; Sardinha, 2005). Os estudos realizados destacam as múltiplas dimensões culturais, sociais, económicas e políticas que configuram o quadro transnacional de interacção das populações imigrantes com o país de origem e com as comunidades na diáspora. A formação e a consolidação de um espaço social transnacional, onde se negociam pertencimentos, interesses, quadros ideológicos, estratégias de actuação e novas noções de cidadania, tem proporcionado às associações imigrantes o acesso a um conjunto alargado de recursos materiais e simbólicos, que tende a ampliar a esfera de influência e de intervenção destas organizações a múltiplos níveis do local, nacional e internacional.

Propostas de investigação futura

O campo de análise do associativismo migrante é, como vimos, abrangente, sendo numerosas as áreas de investigação que se podem explorar e aprofundar. Deixamos aqui algumas propostas de pesquisa futura que, do nosso entender, pretendem, sobretudo, colmatar a escassez de conhecimentos na agenda de investigação sobre imigração e associativismo e que na nossa perspectiva requerem uma maior atenção e desenvolvimento.

Um primeiro tema que consideramos importante explorar prende-se com o estudo das dinâmicas associativas de comunidades imigrantes mais recentes, designadamente da Europa de Leste. Existem já alguns trabalhos sobre o movimento associativo destas populações imigrantes, caracterizadas por uma grande heterogeneidade cultural, social, política e religiosa e com diferentes modos de inserção na sociedade portuguesa. Importa no, entanto, conhecer melhor as diferentes estruturas organizativas específicas a cada uma delas, bem como a natureza das suas redes intra e inter organizacionais. Quais são as questões em torno das quais estas comunidades se mobilizam e que quais são as formas que tais mobilizações colectivas assumem? Que identidades são forjadas no seio das diferentes associações? Que tipo de relações

estabelecem entre si, com o movimento associativo imigrante em Portugal e com as instituições públicas? Que alianças políticas são criadas e sustentadas pelas diferentes associações de imigrantes da Europa de Leste?

Nesta mesma linha de estudos de caso do associativismo imigrante, como sabemos, a produção científica neste domínio tem privilegiado especialmente as comunidades lusófonas africanas, o que se justifica face à sua expressão numérica e à densidade do tecido associativo. Ainda assim, torna-se necessário estudar mais sistematicamente as práticas associativas de comunidades que se têm mantido pouco visíveis ou quase invisíveis nas agendas de investigação sobre a mobilização colectiva imigrante. Entre outras, é de destacar as comunidades africanas não lusófonas, a comunidade indiana, chinesa e timorense, bem como as comunidades de imigrantes da Europa dos Quinze.

Ainda numa outra vertente desta linha de investigação, dado os diferentes âmbitos de intervenção das associações imigrantes, é necessário mapear de forma sistemática as plataformas e federações associativas, bem como as associações imigrantes que operam quer a nível nacional, quer a nível regional e local, com especial enfoque nos seus objectivos, actividades, modelos de intervenção, capacidade de mobilização e formas de participação política e cívica.

Uma outra área que merece estudos adicionais diz respeito ao associativismo de jovens descendentes. Embora este grupo constitua um dos grupos mais estudados (Machado e Azevedo, 2009), a análise das práticas associativas deste segmento da população imigrante, salvo raras excepções é, ainda, muito escassa. Além disso, verifica-se que os trabalhos realizados se concentram, sobretudo, nos jovens de descendência africana, em particular a cabo-verdiana. Interessaria, pois, investigar comparativamente o fenómeno do associativismo imigrante noutros grupos de descendentes de origem africana e em outros segmentos da população juvenil imigrante (por exemplo, indianos, e nos próximos anos também os brasileiros e europeus de leste) a fim de melhor compreendermos a natureza do envolvimento destas novas gerações no associativismo e nas múltiplas formas que a mobilização colectiva tende a assumir numa sociedade marcada pelas novas tecnologias da informação e da comunicação. A caracterização dos valores, dos objectivos, das lideranças e das estratégias de intervenção dos jovens descendentes no associativismo imigrante permite perspectivar os potenciais novos idiomas de mobilização colectiva e de cidadania.

No plano da acção colectiva imigrante e das relações inter-institucionais destacá-riam duas principais linhas de pesquisa a explorar. A primeira reporta-se às relações entre as associações imigrantes e as instituições públicas. Na última década, temos vindo a assistir a um crescente número de publicações que têm analisado o impacto dos modelos de integração no tecido associativo imigrante, com especial enfoque nas políticas estatais e no quadro institucional local. No entanto, tal como em outros países da Europa do Sul, este tema não tem sido objecto de uma pesquisa abrangente e sistemática. No caso português, a nível mais global das molduras institucionais a mo-

nitorização das políticas de imigração e de integração apresenta-se como uma área de estudo que merece ser desenvolvida. A avaliação dos canais institucionais de gestão da imigração e, em particular, os dirigidos ao associativismo imigrante permite identificar melhor as oportunidades e as limitações das actuais políticas adoptadas, trazendo assim para o debate público as lógicas e perspectivas futuras do modelo de integração, mais concretamente no plano da participação cívica e política e do associativismo imigrante.

À escala local, a investigação sobre esta temática tem-se concentrado, sobretudo, na Área Metropolitana de Lisboa, em particular nas municipalidades de Lisboa, Amadora e Oeiras. É, pois, necessário alargar o campo de investigação a outras autarquias que têm vindo, na última década, a criar canais institucionais especificamente dirigidos às comunidades imigrantes e conhecer o seu impacto nas estruturas associativas imigrantes locais. Até que ponto as políticas locais promovem ou inibem o desenvolvimento do movimento associativo imigrante? Qual a natureza das políticas dirigidas ao tecido associativo imigrante? É promovida a integração das estruturas associativas nas redes sociais locais ou, pelo contrário, favorece-se o isolamento das organizações de imigrantes do tecido associativo geral? Que oportunidades são criadas para a participação cívica e política das associações imigrantes?

No plano das relações inter-institucionais a segunda linha de pesquisa prende-se com a necessidade de compreender melhor a participação das estruturas organizativas imigrantes num conjunto de organizações da sociedade portuguesa. É importante estudar comparativamente a acção das organizações imigrantes no aparelho político-partidário, de modo a melhor compreender que tipo de espaços de representação e de intervenção são criados para o associativismo imigrante. Em causa estão as questões do acesso e da distribuição de recursos políticos e sociais necessários para o exercício pleno da cidadania política. De igual modo, a ligação entre as associações imigrantes e organizações da sociedade civil, designadamente sindicatos, organizações pró-imigrantes, ONG e instituições religiosas merecem especial destaque. Como sabemos a retracção do Estado-Providência na esfera das políticas sociais tem implicado a transferência para a sociedade civil de um conjunto muito alargado de serviços nas áreas da educação, saúde, cultura, desporto, que eram tradicionalmente da sua responsabilidade. Dado isto, as organizações da sociedade civil, incluindo as associações de imigrantes, ganharam grande protagonismo nos processos de integração dos imigrantes. Importa, pois, compreender a natureza das relações que se estabelecem entre estas organizações da sociedade civil e as associações de imigrantes, examinando as suas interacções, lógicas identitárias e estratégias reivindicativas.

Por último, propomos o estudo das práticas transnacionais do associativismo de modo mais amplo e abrangente. Poucos têm sido os estudos que tratam do associativismo na dupla vertente da emigração e imigração. De facto, estamos perante um objecto de análise que obriga necessariamente a um redobrado esforço empírico e analítico. Importa, pois, não só compreender as lógicas do associativismo emigrante e imigrante numa perspectiva comparativa como também analisar as redes associa-

tivas dos migrantes, nas suas múltiplas articulações e intersecções, que se estendem ao local, região ou país de origem, países de destino ou de migração temporária. Por outro lado, face às rápidas mudanças na configuração das mobilidades internacionais é de particular interesse examinar o papel das associações, quer formais quer informais nesta nova e complexa cartografia das migrações. A lógica que subjaz a esta abordagem é multidireccional e policêntrica, implicando um olhar mais vasto sobre o associativismo migrante na actualidade.

Conteúdos Temáticos

Este número da Revista Migrações subordinado ao tema do associativismo imigrante tem como principal objectivo fornecer uma visão multifacetada das dinâmicas associativas das populações imigrantes a residir em Portugal. Como tal, este número temático constitui-se, como um espaço de divulgação de conhecimentos e de saberes, que pretende dar a conhecer a realidade do associativismo imigrante a partir do cruzamento de diferentes perspectivas e eixos de análise. Face à complexidade do fenómeno das migrações e do associativismo seria pretensiosa a tentativa de tratar de forma abrangente e exaustiva as múltiplas e distintas vertentes que configuram as práticas associativas imigrantes. Procurou-se, sim, oferecer aos leitores um conjunto de contributos importantes para o conhecimento do associativismo imigrante em Portugal, que evidenciam algumas das suas mais recentes tendências.

Procurámos, igualmente, disponibilizar estudos realizados sobre o associativismo imigrante em Espanha e na Itália. Estes dois estudos de caso são particularmente interessantes uma vez que permitem perspectivar as dinâmicas do associativismo imigrante em outros países da Europa do Sul, que, tal como Portugal, foram tradicionalmente países de emigração e que só nas últimas décadas consolidaram a sua posição como países de imigração.

Tal como nos números anteriores da revista Migrações, este número é constituído por três diferentes secções, ou seja, investigação, boas práticas e textos de opinião. A secção sobre investigação reúne um conjunto de textos que ilustram as diversas manifestações do movimento associativo imigrante na actualidade. A partir de pontos de vista distintos, que, por vezes, se intersectam e que decerto se complementam, o associativismo imigrante é perspectivado numa matriz analítica que procura aprofundar a fundamentação teórica, bem como fornecer novos ângulos de interpretação, sustentados no trabalho de pesquisa empírica desenvolvida no contexto local, nacional e internacional.

No primeiro texto da autoria de Maria Beatriz Rocha-Trindade o fenómeno das migrações e em particular do associativismo migrante é perspectivado a partir de uma análise multidireccional e multipolar, que conjuga numa mesma matriz de análise as dinâmicas das migrações internacionais e das migrações internas, que caracterizam, de forma singular, a sociedade portuguesa. A partir desta linha de observação

e de conceptualização das múltiplas configurações dos movimentos migratórios em diferentes contextos espaciais e temporais, é proposto um conjunto de recursos analíticos que permite a análise comparativa das diferentes dimensões da mobilidade humana. É, pois, na intersecção da realidade da emigração, da imigração e das migrações internas em Portugal que o tema do associativismo migrante é problematizado nas suas múltiplas facetas identitárias, simbólicas, materiais e políticas. Especial atenção é conferida à dimensão ritual e simbólica das manifestações associativas, que segundo a autora constituem espaços fundamentais de afirmação identitária e de mobilização social e política. Por último, são apresentadas as diversas vertentes de representação do fenómeno migratório e do associativismo migrante, sublinhando o papel dos meios de comunicação social e das novas tecnologias da informação e da comunicação nos processos de democratização das experiências individuais e colectivas dos percursos migratórios.

Num artigo que explora algumas das dimensões do associativismo migrante abordadas por Maria Beatriz Rocha-Trindade, João Sardinha examina a dupla vertente das lógicas identitárias e das estratégias de integração, protagonizados pelo associativismo imigrante em Portugal. O trabalho apresentado coloca-nos no centro da discussão sobre as funções do associativismo enquanto espaço de preservação de identidades, valores e práticas culturais comuns, frequentemente perspectivado como factor inibidor da aculturação e de integração dos imigrantes na sociedade receptora e como veículo potenciador de inclusão na sociedade receptora. Neste sentido, o estudo procura responder a questões que têm uma amplitude mais vasta do que o caso de estudo em análise, mais especificamente como é que as estruturas organizativas operam na dupla lógica de preservação cultural e identitária e de integração comunitária. Na análise das práticas associativas das comunidades imigrantes angolanas, brasileiras e da Europa de Leste, o autor demonstra que, apesar das especificidades culturais e sócio-demográficas que caracterizam estas comunidades, a dicotomia entre identidade e integração é, sobretudo, mais de carácter ideológico do que empírico. De facto, um traço que une os diferentes tecidos associativos é a articulação e a negociação de múltiplas identidades e pertenças com o país de origem e a sociedade receptora bem como o investimento na inserção das comunidades que representam. Por outro lado, é salientado o papel de mediação cultural, social e político das associações angolanas, brasileiras e das comunidades da Europa de Leste no espaço transnacional.

Maria Celeste Rogado Quintino retoma o tema das práticas transnacionais num estudo de caso sobre o associativismo guineense na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Caracterizado por uma estrutura organizativa complexa e heterogénea, que conjuga redes sociais, associações e federações onde subjectividades religiosas, locais, e regionais se cruzam, o associativismo guineense configura-se na intersecção de múltiplas áreas de intervenção. Na sua dupla função de mediadores de integração dos imigrantes guineenses na sociedade portuguesa e de agentes activos de desenvolvimento no país de origem, as estruturas organizativas ganham particular protagonismo na expressão de múltiplas pertenças, mas também na construção de uma identidade colectiva imaginada que se actualiza no espaço social transnacional

guineense. Contudo, se as densas conexões transnacionais proporcionam uma cidadania transfronteiriça, especialmente para alguns dirigentes associativos, a autora sustenta que o movimento associativo guineense na AML revela-se como um “espaço contraditório de cidadania”. Ou seja, se por um lado as organizações associativas possibilitam o exercício da cidadania, por outro lado esta prática dificilmente se traduz na mobilização colectiva dos imigrantes na defesa dos seus interesses e na reivindicação de direitos, quer em Portugal quer no país de origem. Ainda assim, o associativismo é visto como um instrumento fundamental no apoio e na mediação dos processos de integração da comunidade guineense a residir em Portugal.

O artigo de Rosana Albuquerque explora, por sua vez, a participação associativa de descendentes de imigrantes africanos de origem lusófona em Portugal. Tendo por base o quadro teórico do capital social e partir da análise das trajectórias de vida de jovens, na sua grande maioria de descendência cabo-verdiana, é proposto um sistema de catalisação da participação associativa estruturado em torno de um conjunto de factores (tempo, recursos financeiros, escolaridade, estatuto de cidadania, redes sociais, características pessoais e motivação). A autora sustenta que o associativismo imigrante se constitui como um espaço de criação e de densificação de redes sociais que tende a potenciar a mobilidade ascendente aos descendentes de imigrantes. Por último, as práticas associativas são perspectivadas como um processo de activação de compromissos cívicos conducentes ao exercício da cidadania.

No contexto internacional, Laura Morales, Amparo González e Laia Jorba interrogam-nos sobre o impacto das políticas locais na estrutura do tecido associativo imigrante em Espanha. Numa abordagem comparativa das políticas de integração implementadas em Barcelona, Madrid e Múrcia, as autoras identificam os diferentes modelos de incorporação institucional nos três municípios, procedendo, igualmente, à caracterização das estruturas organizativas imigrantes em cada uma das cidades em estudo. É defendido que as políticas locais são um factor decisivo no modo como as associações migrantes se estruturam. Dado os resultados obtidos, a questão fundamental que se coloca é de saber quais as políticas que potenciam uma maior integração política e cívica das populações imigrantes. Conclui-se que, sobretudo, torna-se necessário definir os princípios normativos de integração que se pretende adoptar, mais “multiculturalista” no caso de Madrid ou a versão “republicana” no caso de Barcelona, explicitando claramente os critérios normativos de gestão da imigração.

Finalmente, a partir de um diferente ponto de vista analítico, o texto de Katia Pilati centra-se no estudo do associativismo imigrante em Milão. Enquadrado numa abordagem do capital social étnico, o estudo de caso das organizações de imigrantes filipinas e marroquinas pretende examinar a relação entre estruturas organizativas imigrantes e participação política dos imigrantes. Com base na informação recolhida através de um inquérito dirigido aos líderes associativos, a autora sustenta que o contexto político e a estrutura de oportunidades constituem um, entre outros factores, que configuram os padrões de participação política das associações. Uma outra dimensão que deverá ser considerada é a natureza e a densidade das redes associa-

tivas, que poderão assumir um papel determinante na superação de situações de exclusão política e social, veiculadas pelo quadro institucional local.

A secção II – Programas e Referências de Boas Práticas - reúne um conjunto de contributos que consideramos importantes na área do associativismo imigrante. Os quatro textos apresentados constituem exemplos de iniciativas, projectos e programas desenvolvidos por organizações da sociedade civil e por instituições do governo central e do poder local. O primeiro texto é da autoria do Pe. Rui da Silva Pedro, ex-director nacional da Obra Católica Portuguesa das Migrações (OCPM), que nos oferece uma análise e reflexão valiosas sobre a intervenção da OCPM no associativismo imigrante em Portugal. A participação da OCPM na génese e na coordenação do Secretariado Coordenador de Associações para a Legalização (SCAL) foi decisiva para a dinamização das associações imigrantes e, posteriormente, para o seu reconhecimento pelo Estado como parceiros sociais de pleno direito. O sucesso desta acção prolongou-se a muitas outras desenvolvidas pela OCPM, que continua a desempenhar um papel fundamental na integração e na luta pela defesa dos direitos dos imigrantes na sociedade portuguesa.

O segundo texto é da autoria de Paulo Mendes, Coordenador do Secretariado Executivo da Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades de Imigrantes em Portugal (PERCIP). Criada em 2007 no seio do movimento associativo imigrante, a PERCIP constitui um projecto inédito em Portugal na área do activismo e da participação política. A formação desta plataforma associativa, constituída por 34 organizações imigrantes, evidencia a emergência de novas dinâmicas e de novos modelos de actuação. Estes visam o fortalecimento do associativismo imigrante através da articulação efectiva entre as associações e da criação de uma agenda comum de intervenção, potenciadora de um maior protagonismo junto ao poder político e à sociedade civil em geral.

A partir de uma outra escala de intervenção, Maria Helena Palacino, Directora do Projecto Municipal Migrações e Cidadania do Município do Seixal, apresenta um projecto pioneiro de governação local, o Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural do Seixal – Espaço Cidadania. A mobilização do movimento associativo imigrante, a sua inclusão na rede social local e a participação activa na esfera de decisão política têm sido áreas prioritárias de intervenção do projecto. Neste âmbito entre as muitas e diversas actividades realizadas, é de particular importância destacar a inclusão das associações migrantes no Projecto Municipal Migrações e Cidadania bem como a assinatura da Carta de Compromisso do Fórum para a Cidadania. O sucesso destas práticas de gestão participativa local viria a ser reconhecido em 2007 com a atribuição ao município do Seixal do prémio de “Distinção para as Melhores Práticas Autárquicas no Acolhimento e Integração de Imigrantes”, pela Plataforma Imigração.

Por último, o texto de Isabel Cunha, Coordenadora do Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI) do Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, IP (ACIDI, IP) oferece uma caracterização global dos objectivos, funções

e áreas estratégicas de intervenção do Gabinete. Criado em 2004, o GATAI tem como principais objectivos a promoção e o apoio ao movimento associativo imigrante. Neste âmbito, a pluralidade de iniciativas e de projectos realizados, que visam a capacitação das estruturas organizativas imigrantes exemplificam bem a aposta por parte do Estado central no reforço do associativismo imigrante. Actualmente, o GATAI constitui um importante instrumento de uma política de gestão da imigração que reconhece o papel decisivo do associativismo imigrante na integração dos imigrantes e seus descendentes e no combate à exclusão.

Na secção III, dedicada a artigos de opinião, é dada a voz aos activistas e líderes associativos. As contribuições apresentadas resultam dos convites realizados pela organizadora do número, e tal como na organização das outras duas secções anteriores, também aqui o desafio foi enorme. Face à densidade do tecido associativo imigrante não era de todo possível incluir, no âmbito deste número da revista, os testemunhos de todos aqueles que estão directamente envolvidos no mundo do associativismo das comunidades imigrantes em Portugal. Face a esta realidade procurou-se estabelecer critérios de selecção que tivessem em consideração a expressão numérica das comunidades e a densidade das suas redes associativas; os diferentes níveis de intervenção e, por último, modelos de actuação e de participação social e política diferenciados. Por várias circunstâncias nem todos os convites foram aceites. Entre estes, não posso deixar aqui de lamentar publicamente o falecimento da (Dra.) Alcestina Tolentino, em 2009, uma das líderes mais carismáticas do movimento associativo cabo-verdiano e do associativismo imigrante em Portugal e cujo contributo iria decerto valorizar e enriquecer este número da revista.

Gostaríamos, ainda, de sublinhar que consideramos os testemunhos dos líderes associativos e comunitários uma fonte incontornável de conhecimento que merece especial atenção e uma maior visibilidade quer no campo científico quer na esfera política e social.

Como os leitores poderão constatar os contributos reunidos na secção III são muito mais que artigos de opinião. De facto, eles são testemunhos, reflexões, narrativas de percursos migratórios vividos em múltiplos espaços e tempos, e relatos de experiências de vida marcadas por lutas emancipatórias de participação política e cívica.

O primeiro texto é de Carlos Vianna, Vice-Presidente da Casa do Brasil de Lisboa, que nos apresenta uma reflexão fundamentada e acutilante sobre o associativismo imigrante em Portugal, com especial enfoque na Casa do Brasil de Lisboa. Com uma experiência de vida de mais de quarenta anos na militância social e política, o autor traça a evolução do associativismo imigrante, identificando as suas virtudes e limitações. A necessidade de um movimento associativo mais forte e mais capacitado é vista como uma condição indispensável para fazer face a antigas e novas formas de exclusão e de exploração das populações imigrantes.

O texto seguinte é de Felismina Rosa Mendes Membro, Dirigente do Secretariado Executivo da Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal (PERCIP) e Presidente da Associação Caboverdiana de Setúbal. Centrando-se nas dinâmicas do tecido associativo cabo-verdiano, a autora assinala as questões mais marcantes com que se defrontam as estruturas organizativas cabo-verdianas e o associativismo imigrante em geral. Defende a existência de uma maior articulação entre os vários níveis de estruturação do tecido associativo, que compreende associações, federações e a Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal (PERCIP), devendo estas duas últimas assumir o papel de interlocutores privilegiados das comunidades imigrantes com o Estado.

Francisco Pereira, Membro Dirigente da Associação Luso-Caboverdiana de Sintra e Cabeça de Lista do Movimento de Intervenção e Cidadania pela Amadora (MICA), interroga-se sobre a representatividade das associações junto ao governo central e poder local. A fraca participação política das associações e o fechamento do quadro político-partidário português às populações imigrantes têm contribuído para uma representação deficitária das estruturas organizativas imigrantes e das respectivas comunidades que representam na esfera política. Apontando formas alternativas de participação política e cívica, o autor relata a sua experiência como membro fundador e líder do Movimento de Intervenção e Cidadania pela Amadora. Conclui ser necessário criar formas inovadoras de mobilização colectiva, que passam por um maior protagonismo do movimento associativo quer a nível do poder local quer a nível do governo central.

O texto de Alberto Rui Machado, Presidente da Associação Caboverdiana de Lisboa oferece, sobretudo, um olhar retrospectivo sobre o movimento associativo cabo-verdiano. Estamos perante o testemunho de um activista pioneiro que acompanhou, ao longo das décadas, a evolução do associativismo cabo-verdiano em Portugal e num sentido mais lato do movimento associativo imigrante no país. O relato apresentado revela-nos os protagonistas, os ideais, as tensões, as contradições, os sucessos e os insucessos da acção colectiva imigrante cabo-verdiana, que remonta aos tempos coloniais.

Mas se é preciso fazer a história do associativismo imigrante em Portugal não é menos importante narrar o presente das dinâmicas associativas das gerações mais jovens. Os três textos que se seguem permitem uma leitura, ainda que incompleta, das múltiplas configurações e espaços de intervenção que o associativismo imigrante assume na actualidade. José Lino Neves, Membro da Direcção da Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal – BYP, reflecte sobre a sua experiência associativa numa estrutura organizativa cultural e artística, especialmente dirigida aos mais jovens. Valores de cidadania, cooperação e de solidariedade são transmitidos e adquiridos não através da militância política, mas sim através das expressões artísticas da dança, da música e do associativismo.

A partir de um outro contexto de práticas associativas, Alcides Mendes, Presidente da Associação Espaço Jovem, do Bairro de Santa Filomena (Amadora), dá-nos um testemunho de vida e de participação cívica. Tal como muitos outros imigrantes, o seu percurso migratório conduziu-o a um bairro degradado na periferia de Lisboa, o bairro de Santa Filomena, na Amadora. Mas é precisamente aí que foi possível inventar outras estratégias de vida. O espaço associativo surge, assim, como uma alternativa real às dificuldades sociais que estruturam a vida dos residentes do bairro. Ao alargar o campo de possibilidades e de oportunidades para os jovens, a associação assume um papel fundamental na luta contra a exclusão social, a discriminação e o isolamento.

Por último, Elisabeta Ecaterina Necker, Presidente da Doina – Associação de Imigrantes Romenos e Moldavos do Algarve, permite-nos, por sua vez, partilhar o seu percurso migratório, um caminho que a trouxe da Roménia para Portugal. Ainda que com narrativas de vida que em pouco se assemelham, Elisabeta, tal como Alcides, encontra no associativismo um espaço de emancipação na sociedade portuguesa. A associação que funda permite-lhe uma acção directa junto das populações imigrantes e a exploração de espaços mais vastos de intervenção a nível cultural, social e político. Neste processo, pertenças e identidades são reconfiguradas num diálogo constante entre vários mundos.

Finalmente, mas não menos importante é preciso agradecer. Este trabalho é o resultado de um convite que me foi gentilmente dirigido pela Alta-Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, Dra. Rosário Farmhouse, cujo empenho e trabalho consequente na área das migrações é do conhecimento de todos nós. Foi com muito prazer que aceitei o seu convite, que muito me honrou. O carácter inovador desta proposta revelava claramente o compromisso por parte da Alta-Comissária e do Coordenador do Observatório da Imigração e Director da Revista Migrações, Eng. Roberto Carneiro, com o mundo do associativismo imigrante em Portugal. O desafio era imenso e era necessário dar-lhe resposta. Hoje é, com regozijo que vejo o número da Revista Migrações dedicado ao Associativismo Imigrante, que é, acima de tudo, o resultado de um esforço colectivo de análise e de reflexão, feito de múltiplos pontos de vista, orientações, vivências, percursos individuais e colectivos que aqui se cruzam num diálogo público que é decididamente um acto de partilha e de cidadania.

Os meus agradecimentos vão, assim, em primeiro lugar para a Alta-Comissária, Dra. Rosário Farmhouse, e para o Eng. Roberto Carneiro pelo incentivo e por toda a colaboração dada. Devo um agradecimento especial à Dra. Catarina Reis Oliveira, Coordenadora Editorial da revista pelo apoio prestado em todas as diferentes fases de produção deste número da revista. A ela lhe devo muitas das sugestões na selecção dos textos e a revisão atenta e minuciosa dos mesmos.

A todos os autores, que aceitaram colaborar neste número da revista pelo interesse, empenho e pela excelência dos textos apresentados, que são um valioso contributo para o aprofundamento dos conhecimentos e do debate sobre o associativismo imigrante, os meus sinceros agradecimentos.

Notas

¹ Investigação realizada no âmbito da rede internacional "Multicultural Democracy in European Cities: Political integration, communities and local government policies".

² Ver Projecto Internacional "Multicultural Democracy and Immigrants' Social Capital in Europe (LOCALMULTIDEM)": <http://www.um.es/localmultidem/>

³ Consultar MIPEX (Migrant Integration Policy Index, 2007). Segundo o relatório, dos 28 países analisados, o acesso à nacionalidade e as políticas de participação política são áreas onde se registaram os resultados mais baixos, no que respeita a boas práticas. Logo a seguir à Suécia, Portugal ocupa o segundo lugar do "ranking" em termos das melhores práticas de integração, destacando-se, sobretudo, no direito ao reagrupamento familiar, na concessão da dupla nacionalidade e na atribuição de direitos de participação política.

⁴ Dados Provisórios, consultar em www.sef.pt.

⁵ A este propósito ver o texto de Isabel Cunha neste volume.

⁶ Consultar POLITIS – Building Europe with New Citizens? An Inquiry into the Civic Participation of Naturalised Citizens and Foreign Residents in 25 EU Countries (<http://www.politis-europe.uni-oldenburg.de/>).

Referências Bibliográficas

Albuquerque, R., Ferreira, L. e Viegas, T. (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

Albuquerque, R. (2002), "Dinâmicas associativas e comunidades imigrantes", in SOS Racismo (org.), *A Imigração em Portugal. Os Movimentos Humanos e Culturais em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo, pp.366-81.

Albuquerque, R. (2008), *Associativismo, Capital Social e Mobilidade. Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Imigrantes Africanos Lusófonos em Portugal*, Lisboa: Universidade Aberta.

Alegret, R. M. (2001), "African immigrants and their organizations in Lisbon: between social and systemic influence", in King, R. (org.), *The Mediterranean Passage. Migration and New Cultural Encounters in Southern Europe*, Liverpool: Liverpool University Press, pp.119-145.

Bauböck, R. 2003. "Towards a Political Theory of Migrant Transnationalism", *International Migration Review*, Vol. 37 (3): 700-723.

Batalha, L. (2004), *The Cape Verdian Diaspora in Portugal. Colonial Subjects in a Postcolonial World*, Nova Iorque: Lexington Books.

Berger, M., Galonska, C e Koopmans, R. (2004), "Political Integration by a Detour? Ethnic Communities and Social Capital of Migrants in Berlin", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 30, n.º 3, pp. 491-507.

Boussetta, H. (1997), "Citizenship and political participation in France and the Netherlands. Reflections in two local cases", *New Community*, vol. 23, n.º 2, pp. 215-232.

Breton, R. (1964), "Institutional completeness of ethnic communities", *American Journal of Sociology*, n.º 70, pp. 193-205.

Carita, C. e Rosendo, V. (1993), "Associativismo cabo-verdiano em Portugal. Estudo de caso da Associação Caboverdiana em Lisboa", *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 13, pp. 135-152.

Centro Padre Alves Correia/CEPAC, (1995), *Imigração e Associação*, Lisboa: CEPAC

- Dionísio, E. (2009), *Políticas Locais e Acção Colectiva dos Imigrantes da Europa de Leste no Concelho de Lisboa*, Colecção Teses, Lisboa: ACIDI/Observatório da Imigração.
- Drury, B. (1994), "Ethnic mobilisation: Some theoretical considerations", in Rex, J. e Drury, B. (orgs.), *Ethnic Mobilisation in a Multi-cultural Europe*, Aldershot: Avebury, pp. 13-22.
- Faist, T. (2000), "Transnationalism in international migration: implications for the study of citizenship and culture", *Ethnic and Racial Studies*, vol.23, n.º2, pp. 198-222.
- Fennema, M. (2004), "The Concept of Measurement of Ethnic Community", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 30 (3): 429-447.
- Fennema, M. e Tillie J. (1999), "Political participation and political trust in a multicultural democracy, civic communities and ethnic networks in Amsterdam", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 25, n.º4, pp. 703-726.
- Fennema, M. e Tillie J. (2001), "Civic Community, Political Participation and Political Trust of Ethnic Groups", *Connections*, n.º24, pp. 26-41.
- Fennema, M. e Tillie, J. (2004), "Do immigrant policies matter? Ethnic civic communities and immigrant policies in Amsterdam, Liège and Zurich", in Penninx, R., et al. (orgs.), *Citizenship in European Cities. Immigrants, Local Politics and Integration Policies*, Aldershot: Ashgate, pp.85-106.
- Glick-Schiller, N. (2005), *Lived Simultaneity and Discourses of Diasporic Differences*, New Brunswick: Rutgers University Press.
- Guarnizo, L.E. e Smith, M.P. (1998), "The Locations of Transnationalism" in Smith, M.P. e Guarnizo, L.E., *Transnationalism from Below*, New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, pp. 3-34.
- Góis, P. e Marques, J.C. (2008), "Práticas transnacionais dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal", in Góis, P. (org.), *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): as Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, Colecção Comunidades, Lisboa: ACIDI/Observatório da Imigração.
- Grassi, M. e Melo, D. (2007), "Portugal na Europa e a Questão Migratória: Associativismo, Identidade e Políticas Públicas de Integração", *Working Paper*, n.º4, Lisboa, ICS- Universidade de Lisboa.
- Hargreaves, A. (1995), *Immigration, 'Race' and Ethnicity in Contemporary France*, London: Routledge.
- Ho, E. (2008), "Citizenship and transnationalism: a review and critical interventions", *Geography Compass*, vol.2, n.º5, pp.1286-1300.
- Horta, A.P.B. (2002), "Multiculturalism in abeyance: immigration and local politics in the periphery of Lisbon", in Fonseca, M.L. et al. (orgs.), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 153-172.
- Horta, A.P.B. (2004), *Contested Citizenship: Immigration Politics and Grassroots Migrants' Organizations in Post-Colonial Portugal*, Nova Iorque: Center for Migration Studies.
- Horta, A.P.B. e Malheiros, J. (2004), "Os cabo-verdianos em Portugal. Processo de consolidação, estratégias individuais e acção colectiva", *Estratégia – Revista de Estudos Internacionais*, n.º20, pp. 83-103.

- Horta, A.P.B. e Malheiros, J. (2006), "Social capital and migrants' political integration: the case study of capeverdean associations in the greater Lisbon area", *Finisterra*, vol. XLI, n.º81, pp. 143-170.
- Horta, A.P.B., Malheiros, J e Graça, A. (2008), "Ethnic civic communities and political participation: the case study of capeverdean associations in three municipalities of the Lisbon Metropolitan Area and in Rotterdam", in Fonseca, M.L. (org.), *Cities in Movement: Migrants and Urban Change*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos/ Universidade de Lisboa, pp. 165-202.
- Ireland, P. (1994), *The policy challenge of ethnic diversity: immigrant politics in France and Switzerland*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Itzigsohn, J. (2000), "Immigration and the boundaries of citizenship: The institutions of immigrants' political transnationalism", *International Migration Review*, vol. 34, n.º4, pp. 1126-1154.
- Jacobs, D., Phalet, K. e Swyngedouw, M. (2004), "Associational Membership and Political Involvement among Ethnic Minority Groups in Brussels", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 30, n.º3, pp.543-559.
- Jacobs, D. e Tillie J. (2004), "Introduction: social capital and political integration of migrants", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.30, n.º3, pp. 419-427.
- Jenkins, S. e Sauber, M. (1988), "Ethnic Associations in New York", in Jenkins, S. (org.), *Ethnic Associations and the Welfare State*, New York: Columbia University Press, pp.21-106.
- Layton-Henry, Z. (1990), "Immigrant associations", in Layton-Henry, Z. (org.), *Political Rights of Migrant Workers in Western Europe*, London: Sage, pp. 94-112.
- Levitt, P. e Glick Schiller, N. (2003), "Transnational Perspectives on Migration: Conceptualizing Simultaneity", *Working Paper 3-09J*, Princeton: University Center for Migration and Development.
- Koopmans, R. e Statham, P. (2000), "Migration and Ethnic Relations as a Field of Political Contention: An Opportunity Structure Approach", in Koopmans, R. e Statham, P. (orgs.), *Challenging Immigration and Ethnic Relations Politics. Comparative European Perspectives*, Oxford University Press: Oxford, pp. 13-56.
- Malheiros, J. (2001), *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação, Dissertação de Doutoramento*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Machado, F. L.(1992), "Etnicidade em Portugal: contrastes e politização", *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º12, pp. 123-136.
- Machado, F. L. (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Machado, F. L. e Azevedo, J. (2009), "A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas ", *Revista Migrações*, Abril 2009, n.º 4, Lisboa: ACIDI, pp. 7-31.
- Machado, F.L., Azevedo, J. e Matias, A. (2009), *Bibliografia sobre Imigração e Minorias Étnicas em Portugal (2000-2008)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mapril, J. e Araújo, F. (2002), "Between two worlds: Chinese and Cape Verdean voluntary sectors in a changing context", in Fonseca, M.L. et al. (orgs.), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 197-227.

- Marques, M. M. e Santos, R. (2001), "Politics, welfare and the rise of immigrant participation in a Portuguese suburban context: Oeiras during the 1990's", in Rogers, A. e Tillie, J. (org.), *Multicultural Policies and Modes of Citizenship in European Cities*, Londres: Ashgate, pp. 143-172.
- Marques, M. M. e Santos, R. (2004), "Top-down and bottom-up reconsidered: the dynamics of immigrant participation in local civil society", in AA.VV, *Citizenship in European Cities. Immigrants, Local Politics and Integration Policies: Diversity and Convergence in European Cities*, Aldershot: Ashgate, pp. 107-126
- Marques, M. M., Santos, R. e Leitão, J. (2008), *Migrações e Participação Social. As Associações e a Construção da Cidadania em Contexto de Diversidade – o Caso de Oeiras*, Lisboa: Fim de Século.
- Martiniello, M. e Lafleur, J.M. (2008), "Towards a transatlantic dialogue in the study of immigrant political transnationalism", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.31, n.º4, pp. 645 – 663.
- Moya, J. C. (2005), "Immigrants and associations: A global and historical perspective", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.31, n.º5, pp. 833-64.
- Østergaard-Nielsen, E. (2003), "The politics of migrants' transnational political practices", *International Migration Review*, vol.37, n.º3, pp. 760-786.
- Paulino, C.M. (2003), *O Associativismo de Migrantes Guineenses-Estudo da Associação Guineense de Solidariedade Social* (AGUINENSO), Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta.
- Peixoto, J. e Figueiredo, A. (2008), "Imigração, Associativismo e Estado: Cooperação e Mecanismos Consultivos de Participação Política – O Caso do COCAI", *SOCIUS Working Papers*, n.º10, Lisboa: SOCIUS-ISEG.
- Penninx, R., Martiniello, M. e Vertovec, S. (2004), *Citizenship in European Cities*, London: Ashgate.
- Pereira, F. (2007), *Associativismo Migrante e Participação Cívica: Dinâmicas Organizativas das Associações de Imigrantes Angolanos, Guineenses e Europeus de Leste na Área Metropolitana de Lisboa*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta
- Pires, S. (2004), "O Terceiro Sector Imigrante e as Associações dos Imigrantes do Leste Europeu em Portugal: Estruturação de um novo Espaço de Cidadania?", *Oficina do CES*, n.º204, Coimbra: CES-UC.
- Portes, A. (2003), "Theoretical convergencies and empirical evidence in the study of immigrant transnationalism", *International Migration Review*, vol.37, n.º3, pp. 874-892.
- Portes, A. (2004), "O estudo do transnacionalismo imigrante", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 69, pp. 73-93.
- Quintino, M. C. R. (2004), *Migrações e Etnicidade em Terrenos Portugueses. Guineenses: Estratégias de Invenção de uma Comunidade*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Quintino, M. C. R. (coord.) (2006), *Percursos de Vida de Mulheres Migrantes. Lógicas Plurais de Género e Poder*, Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia
- Reitz, J. (1980), "Immigrants, their descendents, and the cohesion of Canada", in Breton, R. (org.), *Cultural Boundaries and the Cohesion and Canada*, Montreal: The Institute for Research on Public Policy, pp. 329-417.

- Rex, J. (1996), *Ethnic Minorities in the Modern Nation-States*, Basingstoke: Macmillan.
- Rex, J. e D. Mason (orgs.) (1986), *Theories of Race e Ethnic Relations*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Rex, J., Joly, D. e Wilpert, C. (orgs.) (1987), *Immigrant Associations in Europe*, Gower: Aldershot.
- Rocha-Trindade, M.B. (1981), "Emigração Portuguesa: As políticas de trajecto de ida e de ciclo fechado", *Revista de História Económica e Social - Cadernos*, n.º1-2, Lisboa, pp. 71-90.
- Rocha-Trindade, M.B. (1986), "Refluxos Culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil", *Análise Social*, vol. XXII, n.º90, pp.147-156.
- Rocha-Trindade, M.B. (1988), "Espaços de Herança Cultural Portuguesa", *Análise Social*, vol. XXIV, n.º100, pp.313-351.
- Rocha-Trindade, M.B. (coord.) (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Rocha-Trindade, M. B. (coord.) (2009), *Migrações. Permanências e Diversidades*, Porto: Edições Afrontamento.
- Rocha-Trindade, M. B. (2002), "A sociedade civil e a defesa dos direitos dos imigrantes", *Desenvolvimento/Colóquios*, n.º10, pp. 113-129.
- Sardinha, J. (2005), "Cape Verdean associations in the Metropolitan Area of Lisbon and their role in the integration of the Cape Verdean community into Portuguese society", *Working Paper Series*, n.º26, Sussex Centre for Migration Research.
- Sardinha, J. (2007), "Providing voices? Civic participation opportunities for immigrants in Portugal", *POLITIS Working Paper Series*, n.º 7, University of Oldenburg.
- Sardinha, J. (2009), *Immigrant Associations, Integration and Identity. Angolan, Brazilian and Eastern European Communities in Portugal*, Amsterdão: IMISCOE-AUP.
- Smith, M.P. e Bakker, M. (2008), *Citizenship across Borders. The Political Transnationalism of El Migrante*, New York: Cornell University Press.
- Sousa, N.A. (2003), *Imigração e cidadania local: associativismo imigrante e políticas públicas de Portugal*, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional do Livro.
- SOS Racismo (orgs.) (2002), *A imigração em Portugal. Os movimentos humanos e culturais em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo.
- Soysal, Y. (1994), *Limits of Citizenship: Migrants and Postnational Membership in Europe*, Chicago: University of Chicago Press.
- Teixeira, A. e Albuquerque, R. (2005), *Active Civic Participation of Immigrants in Portugal*, Oldenburg, University of Oldenburg, edição electrónica (disponível em <http://www.unioldenburg.de/politis-europe/9812.html>).
- Vermeulen, F. (2005), "Organisational patterns: Surinamese and Turkish associations in Amsterdam", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.31, n.º5, pp. 951-973.
- Vertovec, S. (2004), "Migrant transnationalism and modes of transformation", *International Migration Review*, vol.38, n.º3, pp. 970-1001.
- Vertovec, S. 2003. "Migration and other Modes of Transnationalism: Towards Conceptual Cross-Fertilization", *International Migration Review*, vol. 37, n.º3, pp.641 – 665
- Vertovec, S. e Cohen, R. (orgs.) (1999), *Migration, Diasporas and Transnationalism*, Cheltenham: Edward Elgar.
- Viegas, T.(1998), *Migrações e associativismo de migrantes: estudo de caso timorense*, Lisboa: Universidade Aberta.